



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE LEI Nº 007/2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAB. GRANDE-MG	
PROTOCOLADO NO LIVRO PRÓPRIO ÀS	
FOLHAS <u>237</u>	SOB O Nº <u>9063</u>
ÀS <u>14:33</u> HORAS.	
CAB. GRANDE-MG. <u>19/02/2019</u>	
<u>João Gonzaga</u>	

Dispõe sobre a introdução de texto informativo impresso no verso dos carnês de pagamento do IPTU, sobre o direito de isenção de pagamento e descontos do imposto nos casos previstos em lei, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE,

Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 76, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Cabeceira Grande decreta e ele, em seu nome sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo introduzirá, no verso dos carnês de pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, informações sobre o direito de isenção e desconto do imposto.

Parágrafo único. O texto a que se refere o *caput* deste artigo deverá conter as informações necessárias, de forma clara, para que o contribuinte tome conhecimento das possibilidades de se enquadrar na isenção do imposto ou desconto, bem como, a legislação que o embasa e o procedimento para fazer o requerimento.


Art. 2º Fica estabelecido a obrigatoriedade em manter publicação permanente no site oficial da Prefeitura e da Câmara Municipal de Cabeceira Grande as informações sobre o direito de isenção e desconto do referido imposto.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador João Gonzaga, 18 de Fevereiro de 2019.

Câmara M. de Cab. Grande-MG
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES
() Recobido: () Numere-se: () Publique-se:
() Distribua-se às Comissões Competentes.
Cab. Grande - MG, 1 / 1 / 1

PRESIDENTE


VEREADOR JOAQUIM DE SALVIANO
Vice Presidente


VEREADOR ANDRÉ BATISTA



JUSTIFICATIVA

Esta proposição dispõe sobre a introdução de texto informativo impresso no verso dos carnês de pagamento IPTU, sobre direito de isenção e desconto do imposto nos casos previstos em Lei, e dá outras providências. O objetivo desta proposição é o de levar aos munícipes às informações em relação aos seus direitos no tocante a imunidade ou isenção do pagamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Em rápida pesquisa, concluímos que muita gente isenta ainda paga o imposto, simplesmente porque desconhece seu direito, e o impresso introduzido no verso do carnê levará a cada um a informação precisa sobre quem tem direito à isenção, assim como o procedimento para requerê-la no caso de estar enquadrado no perfil de isentos e descontos, prevista na Constituição Federal e no Código Tributário Municipal. E ainda a obrigatoriedade de tais direitos serem publicados no site oficial da Prefeitura e da Câmara Municipal, atingirá ainda mais o público alvo.

O presente projeto está amparado nos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade e eficiência (caput do art. 37 da Constituição Federal).

Por todo o exposto, espera os autores a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Plenário Vereador João Gonzaga, 18 de Fevereiro de 2019.

VEREADOR JOAQUIM DE SALVIANO
Vice Presidente

VEREADOR ANDRÉ BATISTA